

OS INTELLECTUAIS E O DEBATE EDUCACIONAL: pensar a educação e o Piauí

INTELLECTUALS AND THE EDUCATIONAL DEBATE: thinking about education and Piauí

LOS INTELLECTUALES Y EL DEBATE EDUCATIVO: pensar la educación y Piauí

Antonio de Pádua Carvalho Lopes
Professor Doutor da Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Programa de Pós-Graduação em Educação.
apadualopes@ig.com.br

RESUMO: O texto aborda a ação dos intelectuais no campo educacional a partir da análise da segunda parte da obra *A Instrução Pública no Piauí*, publicada em 1922. Ao tempo em que analisa as concepções de educação dos intelectuais desenvolvidas nessa obra, procura compreender o intuito de intervenção na realidade que era tida pela atuação desses intelectuais, já que a obra se insere em um projeto de reforma educacional. Trabalhamos a temática dos intelectuais considerando o que é elaborado por Xavier (2016), Vieira (2011), Bourdieu (1989) e Gomes e Hansen (2016). Concluiu-se que o debate público como forma de explicitar e convencer sobre a relevância de suas propostas era uma maneira, também, de se fazer intelectual e preencher um espaço com as marcas de suas posições. Publicar, discursar e organizar agremiações e ações delineavam um modo de se fazer presente no debate público em torno da educação. O desejo de reforçar a dimensão de serviço público da escola e organizá-la no intuito de formar o homem necessário à economia modernizada reconhecia a importância de alterações na organização e funcionamento da rede escolar. Propósitos de expansão da educação primária e de modificação dos conteúdos e do corpo docente perpassam os discursos dos intelectuais acerca da educação, nele tendo como ponto de destaque a produção de ideias para a intervenção escolar, seja na formação de professores, seja na regulamentação da rede escolar ou divulgação de ideias pedagógicas.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais. História da educação. Debate educacional.

ABSTRACT: This text addresses the action of intellectuals in the educational field from analysis of the second part of the book *The Public Instruction in Piauí*, published in 1922. While analyzing the conceptions of education of the developed intellectuals in this research, seeks to understand the purpose of intervention in the reality that was had by the action of these intellectuals since the research is inserted in a project of educational reform. We work on the thematic of intellectuals considering what is elaborated by Xavier (2016), Vieira (2011), Bourdieu (1989) and Gomes and Hansen (2016). It was concluded that the public debate as a way of explaining and convincing about the relevance of their proposals was also a way to become intellectual and fill a space with the marks of their positions. Publishing, speaking and organizing groups and actions outlined a way to be present in the public debate around education. The desire to strengthen the public service dimension of the school and to organize it in order to train man sufficiently for modernized economy recognized the importance of changes in organization and functioning of the school network. Purposes of expansion of primary education and modification of the contents and of teaching staff permeate the discourses of the intellectuals about education, with the main point being the production of ideas for school intervention, either in teacher training or in the regulation of the school network or dissemination of pedagogical ideas.

KEYWORDS: Intellectuals. History of education. Educational debate.

RESUMEN: El texto enfoca la acción de los intelectuales en el campo educacional a partir del análisis de la segunda parte de la obra *A Instrução Pública no Piauí*, publicada en 1922. En el momento en que se analiza las concepciones de educación de los intelectuales desarrolladas en la obra, se busca comprender el objetivo de intervención en la realidad que se ha considerado por la actuación de los intelectuales, ya que la obra es parte de un proyecto de reforma educativa. Trabajamos el tema de los intelectuales considerando lo que se produce por Xavier (2016), Vieira (2011), Bourdieu (1989) y Gomes y Hansen (2016). Se concluyó que el debate público como una manera de explicar y convencer acerca de la pertinencia de sus propuestas era una forma también de hacerse intelectual y llenar un espacio con las marcas de sus posiciones. Publicar, hablar y organizar asociaciones y acciones que delinean una manera de estar presente en el debate público en torno a la educación. El deseo de aumentar la dimensión de servicio público de la escuela y organizarla con el fin de formar el hombre necesario a la economía modernizada reconocía la importancia de los cambios en la organización y funcionamiento del sistema escolar. Propósitos de la expansión de la educación primaria y de modificación de los contenidos y del cuerpo docente impregnan los discursos de los intelectuales acerca de la educación, que tiene como punto culminante la producción de ideas para la intervención de la escuela, ya sea en la formación docente, ya sea en la regulación de red la escuela o en la divulgación de las ideas pedagógicas.

PALABRAS CLAVE: Intelectuales. Historia de la educación. Debate educativo.

1 | INTRODUÇÃO

A participação dos intelectuais no campo educacional era uma forma de intervenção relacionada com a apresentação e construção de um projeto de Piauí, ao tempo em que produzia uma explicação sobre como esses sujeitos percebiam a situação do estado no que dizia respeito ao aspecto educacional.

O interesse no estudo dos intelectuais tem uma presença delineada na área de história da educação que pode ser evidenciada na literatura ou nos eixos que contém o tema em diferentes encontros e congressos. Nesses últimos a temática aparece articulada a outros eixos, podendo servir de indício para compreender o modo como essa discussão tem sido construída a partir das articulações pensadas para os mesmos. Exemplificam esses eixos os seguintes: biografias, intelectuais e práticas culturais (I Encontro Maranhense de História da Educação; II e III Encontro Norte Nordeste de História da Educação); intelectuais e memória da educação no Brasil (II Congresso Brasileiro de História da Educação); intelectuais, imprensa e instituições escolares (IV Congresso Brasileiro de História da Educação); Imprensa, intelectuais e história da educação (VI e VIII Congresso Brasileiro de História da Educação); políticas educacionais, intelectuais da educação e pensamento pedagógico (V Congresso Brasileiro de História da Educação); Biografias de professores e intelectuais da educação (X Congresso de Historiadores da Educação do Ceará).

Como afirmamos, a localização da temática nos eixos serve de indício para compreendermos o modo como a discussão tem sido articulada no campo da história da educação por sua aproximação com outros temas trabalhados, tais como pensamento pedagógico, biografia, imprensa e práticas culturais.

O percurso da temática no campo tem gerado a necessidade de pensar o modo como temos trabalhado com esse objeto na área. Sobre isso Xavier (2016, p. 464) nos alerta para o que denomina “uma certa naturalização do conceito de intelectual” e faz uma reflexão acerca da necessidade de pensar os conceitos utilizados para o estudo desses sujeitos. Vieira (2011) apresenta o modo como tem pensado o conceito de intelectual ao longo de suas pesquisas. Esse mesmo autor nos chama atenção para as diferentes formas como a literatura tem nomeado esse grupo: “elite cultural, república das letras, ilustrados, intelligentsia, entre outras” (VIEIRA, 2011, p. 27). Vieira (2011, p.27) nos adverte que “embora o uso e significado do termo sejam mais amplos, nas pesquisas histórica e sociológica, ele está ligado à atuação dos representantes da chamada república das letras na esfera pública”. Assim, trata-se “(...) do movimento de agentes reconhecidos na esfera cultural que se movimentaram em direção ao campo político” (VIEIRA, 2011, p. 27).

A atuação desses intelectuais é diversa, destacando-se a presença na imprensa, participações em agremiações de diferentes matizes e comissões e publicação de livros. Nesse trabalho utilizaremos como fonte principal o livro *A instrução pública no Piauí*, organizado pela sociedade auxiliadora da instrução, em 1922.

Ao participar do debate público em torno da educação os autores presentes no livro *A instrução pública no Piauí* poderiam ser caracterizados como intelectuais mediadores (Gomes e Hansen, 2016) pelo papel de divulgadores, articuladores e reconceituadores de concepções e práticas educativas e por seu papel como interventores, a partir de sua leitura da realidade piauiense e dos saberes circulantes que tinham acesso sobre a temática. Esses sujeitos exerceram funções diversas ao longo de sua trajetória de vida, dentre as quais a de professores. Contudo, considerando o papel dos mesmos no estado eles podem ser definidos intelectuais, por sua atuação e publicações, pela produção interpretativa que fazem sobre o Piauí e pelo esforço que fazem em estabelecer um lugar para o Piauí no cenário nacional. Do ponto de vista da produção de ideias educacionais eles podem ser melhor compreendidos como intelectuais mediadores por

terem tido um papel que melhor pode ser definido como o de divulgadores de ideias educacionais.

Esses intelectuais são participantes do debate público de ideias em torno da educação e procuraram transformar o panorama educacional a partir do lugar ocupado por eles como agentes de produção de livros, artigos, legislação, relatórios e políticas educacionais. Bourdieu (1989) nos ajuda a compreender a atuação dos mesmos ao indicar a importância de articular na análise os campos cultural e político por onde esses sujeitos transitavam, possibilitando uma melhor compreensão da atuação dos mesmos como intelectuais.

Nesse texto nos centramos no debate apresentado por Anísio de Britto Melo (1886 - 1946), Matias Olimpio de Melo (1882- 1967) e Pedro Borges da Silva (1890 -1961) escrito na obra *A Instrução Pública no Piauí*. Desse grupo, três são formados em direito (Abdias Neves, Pedro Borges e Matias Olimpio) e um é cirurgião-dentista (Anísio Britto). Trata-se de uma geração nascida na segunda metade do século XIX e que estava estabelecida no campo político, educacional e cultural nas duas primeiras décadas do século XX, período da obra aqui analisada. Embora tenham produzido outras obras, o interesse pela aqui trabalhada remete-se ao relacionamento direto com o debate educacional e a defesa de reformas educacionais e ideias educacionais.

2 | UMA REFORMA EDUCACIONAL NA GÊNESE DO LIVRO A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PIAUÍ: pensamento e ação dos intelectuais vinculados a Sociedade Auxiliadora da Instrução

O livro *A instrução pública no Piauí* trata-se de uma obra coletiva efetivada no bojo da reforma educativa realizada pelo governador João Luiz Ferreira (1920 - 1924), sendo solicitada e realizada pela Sociedade Auxiliadora da Instrução, publicada no centenário da Independência do Brasil, momento comemorativo lembrado pela diretoria da Sociedade como simbólico para a divulgação do livro. No livro as autorias dos capítulos não estão explícitas, sendo relevante as informações da imprensa e os indícios apontados nos textos para defini-las. Podemos considerar que essa estratégia editorial se vinculava a necessidade de apresentar a obra como resultado da ação e do pensamento da Sociedade Auxiliadora da Instrução. A obra faz um histórico da educação do piauiense desde a colônia até o momento em que foi escrita e se inscreve no movimento de intervenção na organização educacional piauiense apresentando uma análise do ensino primário, secundário e profissional e justificando decisões tomadas referentes à organização do ensino na reforma de 1922.

Costa Filho (2012, p. 176) assim a caracteriza:

O que se acentua nesses textos é a preocupação dos autores com o rigor científico. São textos de pesquisa, com notas explicativas e de referências. Apoiam suas afirmações em documentos oficiais do governo federal e estadual e, também, em bibliografia diversificada, onde se encontram autores da língua francesa, inglesa, espanhola e portuguesa, demonstrando conhecimento dos problemas da pesquisa contemporânea.

A Sociedade Auxiliadora da Instrução, como outras agremiações desse tipo espalhadas pelo Brasil, surgiu em 1908 agregando uma elite política e cultural com clara intenção de promover intervenção na educação escolar piauiense, criando e mantendo a Escola Normal Livre, há muito reclamada, mas até então não efetivada. Através dessa ação visava transformar a escola piauiense, pela substituição dos docentes não normalistas por professoras normalistas. Em diferentes momentos essa Sociedade atuaria em parceria do governo produzindo intervenções na educação escolar piauiense. Alguns de seus membros exerceram cargos públicos, inclusive o de diretor da instrução e governador. Trata-se, portanto, de uma agremiação que agregava sujeitos reconhecidos do ponto de vista cultural, mas com claras intenções de intervenção no campo político, no

sentido da efetivação das ideias apresentadas e das intervenções propostas.

A Sociedade Auxiliadora da Instrução no Piauí havia sido fundada primordialmente, como já afirmamos, com o intuito de criar a Escola Normal, tendo seus estatutos, reorganizados em 1922, lhe atribuído:

- a) difundir a instrução pública primária por todo o estado, concorrendo tanto quanto possível para a criação de novas escolas e reformas das atuais;
- (...)
- c) promover a formação de bibliotecas públicas;
- d) animar a criação de sociedades protetoras da infância abandonada (SOCIEDADE, 1922).

A intenção da referida sociedade era mais ampla, centrando-se na ação da expansão da educação primária e, especialmente, na formação de professores normalistas. Embora seja ainda necessária, como destaca Dias (2013, p. 120), uma melhor compreensão da atuação da Sociedade Auxiliadora da Instrução podemos afirmar que de sua ação resultou, dentre outras, a criação em 1907 da Escola Normal Livre, que efetivou-se considerando a indecisão do governo quanto à criação de uma Escola Normal.

A criação dessa instituição nos possibilita compreender os ímpetus reformistas dos intelectuais ligados a Sociedade e a análise que faziam dos problemas educacionais e de sua superação. Assim, a função dessa escola era promover a superação do que era definido como “incompetência dos docentes”. Esperava-se dessa instituição uma ação regeneradora, modernizadora e definidora do sucesso da reforma educacional que vinha sendo projetada, indicando assim os vínculos do campo cultural e político que marcam essa ação.

O intuito de regeneração da educação piauiense e o desejo de produzir efeitos no desenvolvimento social e econômico do estado caracterizam os discursos em torno dessa escola, sendo a ausência da formação docente uma chave explicativa importante para o que era definido como atraso das indústrias do estado, somando-se de modo relevante como fator explicativo a situação topográfica e ao clima, também presentes nesses discursos.

A criação da Escola Normal teve, contudo, que esperar por 1909. O ideário que impulsionava a criação dessa escola pode ser percebido no artigo de Matias Olímpio de Melo, publicado no jornal *O Piauí*, de janeiro de 1909. Com essa escola esperavam seus mentores superar o que definiam como herança do Império: professores despreparados, sendo essa ocupação um meio de acomodar protegidos sem habilitação para a burocracia, desenhando-se um quadro de funcionários mal pagos e dominados pelo chefe político local.

A Escola Normal servia para marcar um início de ruptura desse quadro por formar professoras modernizadoras da sociedade piauiense. Assim, segundo Matias Olímpio de Melo (1909) não era por determinismo biológico que se explicava “a falta de iniciativa, o apego à rotina, o pouco empenho do piauiense em desenvolver as suas indústrias incipientes (...)”. A explicação residia “(...) no atraso completo de sua cultura”. O piauiense “não é um retrógrado, ou um ser incapaz de aperfeiçoamento: é um inculto”, ou melhor, sem escola. E o que lhe faltava para superar essa condição mesológica? Ele “não tem professores”.

Cristino Castelo Branco (1926), em discurso proferido no dia 15 de maio de 1926, alusivo ao aniversário de fundação da Escola Normal de Teresina, retomou a visão de Matias Olímpio sobre o Piauí e o piauiense, bem como sobre o papel da professora normalista na mudança da mentalidade do piauiense:

sem hipérbole, sem exagero de retórica, pode-se dizer que o futuro do Piauí depende, em grande parte, da escola, do magistério, do professor, pois que quase tudo entre nós, depende principalmente da educação popular, do combate à ignorância, fonte inesgotável de males irre recuperáveis. E a missão árdua e nobilíssima de difundir o ensino, de educar o piauiense, de tirá-lo das trevas em que se acha, está confiada às professoras, às normalistas saídas desta casa.

O piauiense é forte, resistente, lutador e bom. Só lhe falta o saber, a luz, a educação, para que tenha consciência de si próprio, dos seus direitos, dos seus deveres, de sua responsabilidade, do quanto vale como fator econômico, social e político. Ignora-se a si próprio. Vegeta e morre sem realizar sua missão na terra, vencido, impotente para a vida, em meio dos esplendores da natureza maravilhosa que nos circunda. No entanto o indivíduo consciente do seu valor, culto, bem orientado, que confia em si, no seu esforço, na sua tenacidade, na sua energia criadora, equilibrada e fecunda, é invencível, utilíssimo à sociedade, e opera milagres no cenário da vida.

Essa ideia acerca da educação e de seu papel na sociedade motiva a ação dos intelectuais no sentido de propor reformas, discutir e divulgar o pensamento educacional, especialmente métodos educacionais, intervindo nos projetos formativos existentes no estado.

A Escola Normal Livre funcionou somente um ano. Sua curta existência, contudo, ajudou a forjar o modelo de professorado ideal para as escolas públicas e mostrou a necessidade e a viabilidade de se ter docentes com formação profissional específica para servir como agentes de modernização da sociedade piauiense.

Não tardou o governo estadual a apoiar efetivamente esta imagem do docente ideal para suas escolas, até porque ela coincidia com a que estava sendo posta, por ele, nas suas ações reformistas. Ainda em 1909, em mais uma lei autorizando a reforma da instrução pública (lei nº 527, de 6 de julho de 1909), seria vinculada a nomeação efetiva como professor à posse do diploma da Escola Normal Livre. Aos que não satisfizessem essa exigência restava a interinidade no cargo, situação precária na condição de docente temporário. O apoio governamental a essa Escola não restringiu-se ao acima exposto. Também subvencionou, cedeu espaço em prédio público (o da Assembleia Legislativa Estadual) para o funcionamento da Escola e garantiu a validação dos seus diplomas, que não chegaram a ser expedidos, pela criação da Escola Normal Oficial em 1910. Apoio este solicitado pelos próprios idealizadores.

Sobre o corpo docente, afirmou o Jornal “O Piauí”: “(...) possui um corpo docente dos mais aptos que se podem organizar em nosso meio e os seus professores prestam serviços absolutamente gratuitos (...)”. Estes teriam, segundo o Jornal, “(...) por objetivo único e exclusivo impulsionar a instrução do Estado e beneficiar os nossos jovens coestaduanos”. E tudo sem esperar a ação do governo, o que revelava “(...) os sentimentos altruísticos que formam o substrato da alma carinhosa e abnegada do piauiense” (ESCOLA, 1909).

Em torno dessa escola consolidava-se toda uma visão da elite política, econômica e intelectual local sobre o que era o Piauí, o piauiense, sua escola primária, os seus docentes, o papel atual destes e o ideal a ser atingido na constituição da modernidade e na superação do atraso da população e do estado. Seus idealizadores, dada essa visão de superação do atraso e implantação da modernidade, eram saudados como “propulsores do progresso”. Do resultado desse movimento esperava J. Fonseca Ferreira (1909, p. 02) que:

[...] em breve possamos bater com orgulho em nossos peitos de patriotas fervorosos e dizer: o Piauí tem uma instrução moldada nos mais retos princípios da pedagogia moderna e portanto (...) da inteligência e trabalho d'aqueles que a ministram e daqueles que a recebem.

A visão da necessidade de revolucionar o ensino piauiense e da importância disso para a superação do atraso econômico do estado já tinha sido relacionada à criação dessa escola pelo Jornal “O Monitor”:

Nós, portanto, não encareceremos neste momento os benefícios e as vantagens que ella [a instrução] convenientemente disseminada com methodo, disciplina e ordem, pode trazer para a prosperidade e desenvolvimento das forças productoras do Estado. Basta nos lembrar que ao lado das condições desfavoraveis de nossa situação climaterica, a ausencia de instrucção figura como um dos factores de retardamento do nosso progresso e do atraso das nossas industrias (ESCOLA..., 1907)

A necessidade de disseminação do ensino primário no Piauí, já inúmeras vezes posta pelos jornais e documentos oficiais, apresentava-se aqui adjetivada com os termos *métodos, disciplina e ordem*. A especificidade da ação da Escola Normal estava justamente em formar os docentes necessários a essa disseminação moderna e disciplinada da instrução primária pelo estado, que realizada desta forma superaria um dos maiores entraves ao “desenvolvimento das forças produtoras do Estado”.

O tema da modernidade achava-se, pois, ligado estreitamente à Escola Normal e à possível revolução nos métodos de ensino que ela estava destinada a divulgar. Essa revolução começava pelo método da própria Escola, que seria: “(...) mais pratico do que teórico, menos abstrato do que positivo, está nas condições de aparelhar os que ali frequentem a um aprendizado util e vantajoso” (ESCOLA..., 1909, p.1). Porém, sua meta era a modernização da ação pedagógica nas escolas primárias, através de um corpo docente preparado especificamente para essa ação.

Em 1910, esta escola teve suas atividades encerradas, sendo criada a Escola Normal Oficial, meta primeira de todo o movimento criado em torno da Escola Normal Livre. Sobre este fato, assim se expressou Matias Olímpio de Melo:

(...) tendo sido [a Escola Normal Livre] installada para preparar professores julgou desnecessária a sua existência desde que o Estado em 1910 fundava a atual escola existente nesta capital. Os dois estabelecimentos com os mesmos objetivos não podiam coexistir, pois era natural que as preferencias dos candidatos fossem pelo curso official, melhor aparelhado e com elementos de exito mais seguro.

Os fundadores do curso livre só tiveram motivos de satisfação com o curso official, visto surgirem deste maiores probabilidades de ser attingido o fim que tiveram em vista, que era o preparo daquelles que se destinavam ao magistério. E é com orgulho que vemos com elle se beneficiar não apenas os candidatos ao exercício da profissão, mas grande número de patricias que ali procura educar o espirito. A Escola tem sido um factor preponderante na formação intellectual da mulher piauiense, que era anteriormente, pela dificuldade de procurar instrucção em outros meios, obrigada a limitar a sua cultura a noções muito rudimentares” (SOCIEDADE..., 1922, p.98).

A Escola Normal Oficial pode ser considerada, pois, como substituta ideal da Escola Normal Livre, inclusive no fato de ser exclusivamente feminina. O intuito primeiro da mobilização em torno da Escola Normal Livre se efetivara. Assim, esta transferiu para aquela seu alunado e os ideais de formação de um corpo professoral feminino, laico e com escolarização específica para o exercício do magistério público primário e a esperança de com isso ver transformada a escola primária piauiense.

Se em 1909 o grupo criado em torno da Sociedade Auxiliadora da Instrução acreditava na feminização de na formação pela escola normal, em 1922, a comissão encarregada de reformular a instrução referiu-se às professoras normalistas de modo nada lisonjeiro, culpabilizando-as, inclusive,

pelo estado da instrução, definido como péssimo. Não bastava serem normalistas, era necessário, segundo a comissão, que fossem celibatárias para a dedicação ao magistério se efetivar. O relatório da comissão, composta por membros da Sociedade Auxiliadora da Instrução, transformou, ainda, a normalista de salvadora em perpetuadora da situação de decadência da instrução:

Sente-se o impreparo técnico de parte dos professores nos métodos de ensino adotados em escolas regidas por professoras tituladas. Enquanto dissertam teoricamente sobre um ponto do programa oficial não sabem transmitir os conhecimentos adquiridos. Esta falta é acrescida pela ausência do espírito profissional. Não o têm.

As escolas regidas por normalistas, segundo dados existentes na Secretaria de Estado do Governo, nem sempre acusam aumento de matrícula, o que demonstra desamor a profissão. Aliás, pressente-se que a maioria das nossas professoras não tem entusiasmo pela carreira que abraçou. Abandonam a escola por preguiça ou para se entregarem aos misteres do lar. Daí a vantagem de não serem elas casadas. Devendo ser o magistério um sacerdócio, preciso é que a ele se dediquem por completo, e isto não poderá fazer aquela que tem de dividir os carinhos entre os próprios filhos e os estranhos, cuja guarda lhe é confiada (SOCIEDADE..., 1922, p.19).

Embora o debate sobre as ações da professora normalista tenha oscilado entre o reconhecimento da competência dessas e a crítica ao desempenho esperado de sua ação em termos do desempenho escolar, o relatório da comissão de 1922 aponta de modo forte o desencanto com a ideia de que a formação pela Escola Normal seria suficiente e, em 1922, mais uma vez, tem-se a definição, pelo governo, de estarmos vivendo um momento crítico na educação piauiense.

Para a comissão a decadência do ensino teria como causas:

I) inobservância dos dispositivos do Regulamento, donde: a) faltas na sua direção; b) ausência de fiscalização; c) impreparo técnico de grande parte do professorado; d) falta de formação de espírito profissional do professorado; II) falta de prédios para o funcionamento das escolas e de material escolar; III) intromissão indébita de interesses estranhos à instrução na escolha de elementos por ela responsáveis (SOCIEDADE..., 1922, p. 18).

É para pensar essa decadência e propor intervenção que é criada uma comissão. Desse modo, a obra *A instrução Pública no Piauí* (1922) resultou, nas palavras da diretoria da sociedade, do convite a quatro membros dessa agremiação para estudar “as causas da decadência de nosso ensino e apontar os meios de removê-las”, transformadas suas sugestões em leis estaduais (SOCIEDADE..., 1922, p. V). Percebemos, assim, a articulação e a missão oficial dada a esse grupo para, utilizando a análise histórica e a avaliação do presente, propor intervenção e política pública no campo educacional.

A apresentação da obra nos mostra como esse tipo de sociedade articulava o campo cultural com o político, fato que marca, inclusive, outras ações da mesma, como a criação da Escola Normal. Dentre os seus membros seriam recrutados dois para compor o Conselho Superior da Instrução Pública; lentes para o Liceu e Escola Normal, o diretor da Escola Normal e o diretor da instrução pública. Mantinha, ainda, a administração do Liceu Piauiense. Dentre seus objetivos tinha, também, “auxiliar alunos pobres, oferecendo material as escolas, facilitar aos municípios meios para o incremento do ensino e subvencionar aulas primárias” (SOCIEDADE..., 1922, p. VI).

A diretoria da Sociedade Auxiliadora da instrução Pública era, em 1922, composta por Matias Olimpio como presidente, Pedro Borges da Silva como vice-presidente; João Osório Porphirio da Motta como primeiro secretário; Francisco Portella parentes como segundo secretário; Manoel Raymundo da Paz Filho como tesoureiro e Anísio de Britto Mello como orador.

O livro *A Instrução Pública no Piauí* é composto de duas partes: a primeira formada pelo relatório da comissão nomeada para estudar a decadência do ensino e propor uma reforma do mesmo e a segunda, que é a que trabalharemos aqui, composta de cinco capítulos. Do livro consta ainda apêndices com dados sobre a rede escolar piauiense.

Como já dissemos a segunda parte da obra é dividida em cinco capítulos assim constituídos: cap. 1- Do ensino primário: seu histórico, desenvolvimento, métodos adotados e estado atual - escrito por Anísio Brito;

cap. 2 - I - Do ensino normal; II- do ensino profissional e secundário - escrito por Matias Olímpio;

cap. 3 - Alterações ao regulamento geral da instrução pública e suas críticas (primeira parte), escrito por Matias Olímpio;

cap. 4 - A reforma atual e o ensino normal e secundário (segunda parte) - escrito por Anísio Brito

cap. 5 - da educação popular e da ação das municipalidades - escrito por Pedro Borges.

Pela ação desse grupo é possível pensar as redes de sociabilidades e a circulação desses sujeitos no Piauí. Matias Olímpio, por exemplo, estava a frente da comissão comemorativa do centenário da adesão do Piauí à independência do Brasil, que em 1924 publicou “O Piauí no centenário de sua independência - 1823 - 1923”, articulando diversos autores e descrevendo diferentes aspectos dos municípios piauienses. Anísio Brito colaborou com verbete na publicação do Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil, comemorativo do primeiro centenário da independência, publicado em 1922, na parte relativa ao Piauí.

No presente texto selecionarei o eixo temático principal desenvolvido por esses intelectuais mediadores para discutir o problema educacional e propor ações e políticas de intervenção.

Anísio Brito, no primeiro capítulo, destaca o contraste da história do Piauí em relação a outros estados do Brasil, especialmente no que diz respeito à ação dos jesuítas em matéria de educação. Embora marque a ausência da ação educativa dos jesuítas no Piauí, compartilha da leitura do vácuo deixado no campo educacional pelos mesmos com sua expulsão do Brasil. Vai o autor construindo uma narrativa que caracteriza, como tantas outras em circulação em outros pontos do Brasil, o vazio educacional do período colonial no Piauí. Resume esse autor: “assim, se escoou inútil o longo período colonial, no ponto de vista da instrução (...)” (SOCIEDADE, 1922, p. 49). A mesma situação desenha para o que denomina o primeiro reinado no Piauí : o Piauí não tivera escolas.

O autor discute os métodos de ensino para afirmar que no Piauí sempre se seguiu o método simples ou individual, apesar do que considerava seus “inúmeros inconvenientes”: perda de tempo, problemas de disciplina ou ordem na escola, grande esforço diário do professor, sendo vantagem a relação contínua do professor com o aluno. O autor procura mostrar a existência de discursos oficiais em prol da educação, mas sem efeitos práticos. Nesse ponto afirma: “a linguagem de um é a de todos” (SOCIEDADE..., 1922, p. 54).

Faz uma crítica a prática da criação de leis, sem execução, gerando uma legislação abundante. Critica a ação do estado, que caracteriza como indiferente. Resume assim, esses dois períodos da história educacional piauiense: “sob o regime colonial, não contou o Piauí, pesar mesmo de tantos rogos, uma só escola; como província, foi considerável a legislação e ação nenhuma” (SOCIEDADE..., 1922, p. 57). E alerta que de sua leitura “as reformas, em geral, do ensino, se fazem com cortes, mas no próprio orçamento da instrução” (SOCIEDADE..., 1922, p. 58). Termina desiludindo: “E eis que se passam governos e se muda de regime político e o problema dos problemas permanece o mesmo, em uma estabilidade que produz desânimo aos que o conhecem ou estudam” (SOCIEDADE..., 1922, p. 50). Destaca a criação da Escola Normal em 1909, considerada “matriz de todo o ensino primário”. Justifica as escolhas realizadas, inclusive, a do alunado feminino. Revela-se um adepto da reforma de 1910, que avalia de modo positivo. Protagonista como diretor geral da instrução pública de reformas educacionais na década de 1920, Anísio retrata em

seu texto sua ação, então em desenvolvimento. Defende a política de não aumentar o número de escolas, mas manter as existentes. Indaga: “na verdade, de que serviria aumentar o número de escolas sem cogitar do professorado, material escolar, etc?” (SOCIEDADE..., 1922, p.68). Apresenta uma política de uniformização do livro didático, anunciando a editoração de um livro desse para ser adotado nas escolas piauienses. Aponta uma série de medidas que estariam sendo tomadas, sem contudo, e aí se situa na rede de sociabilidade que partilha, nem ele nem a Sociedade Auxiliadora da Instrução “mantemos a suposição de termos resolvido o problema da instrução no Piauí”. É um problema complexo, uma “questão social”. Cita autores nacionais e estrangeiros, bem como reformas em diferentes estados e países.

Em 1936 Anísio Britto publicaria Ligeira notícia sobre o ensino público, como diretor da instrução pública, no Diário Oficial. Nesse texto retoma ideias postas em 1922 e analisa historicamente o desenvolvimento educacional do Piauí até a década de 1935.

No Capítulo 2, Matias Olimpio discorre sobre o ensino normal, secundário e profissional, apresentando as ideias de um conjunto de teóricos da educação como Rousseau, Pestalozzi, Froebel, dentre outros, bem como a experiência de diversos países, para concluir que a solução para os problemas educacionais deve resultar da combinação da ação do estado com a dos particulares. Partilha da visão de outros intelectuais presentes na coletânea de que houve um esquecimento da educação no período colonial e imperial, permanecendo na república, que, deixando a educação a cargo dos estados, “[...] veio a colocar as províncias pobres na contingência de estacionarem no abandono que jaziam anteriormente” (SOCIEDADE..., 1922, p. 93).

O piauiense, caracterizado como apegado a rotina e sem iniciativa explica-se pela incultura. A ele falta professores. Descreve, então a criação da Escola Normal Livre, em 1909, da qual foi um dos principais autores e defende as escolhas feitas nessa criação. Discorre, ainda sobre o ensino profissional e secundário.

No terceiro capítulo, Matias Olimpio, escreve em resposta as críticas à reforma do ensino realizada, entendendo o crítico “como um retificador, que completa a obra, melhorando-a” (SOCIEDADE..., 1922, p. 107). E diz “preciso de defender-me”, como membro da comissão que realizou essa reforma. O debate educacional se faz explícito nesse capítulo e no seguinte, bem como as redes formadas pelos grupos de intelectuais. O debate público sendo considerando uma ação importante para o esclarecimento das posições tomadas.

Nesse debate aponta como um limite para as proposições formuladas o orçamento. Apresenta e defende, então, as medidas propostas, discutindo-as todas e demorando-se na proposição da demissão das professoras casadas. Acirra-se a proposição da feminização do magistério que foi apresentada em 1909, com a criação da escola normal, e na reforma de 1910.

Dias (2013, p. 81) destaca a relação que Matias Olimpio de Melo tinha com as ações e proposições da Sociedade Auxiliadora da Instrução.

O quarto capítulo, escrito por Anísio Britto, versa sobre o ensino normal e secundário. Começa afirmando o contrasenso, em relação ao ensino público, de descuidar-se do ensino primário, enquanto o ensino secundário desperta o maior interesse. Demonstra a origem privada do ensino secundário piauiense, na segunda década do século XIX, demarcando o ano de 1827 como o ano em que o Piauí começa a legislar sobre o ensino secundário. Analisa o desenvolvimento desse e da Escola Normal, procurando apresentar os efeitos da reforma de 1921 nesses estabelecimentos.

“Se a instrução não for uma verdade, a república será uma mentira”(p. 161), afirma Pedro Borges, no quinto capítulo da obra. A república e sua consolidação ainda é um tema a ser tratado, bem como a importância da educação para a efetivação da mesma. O cerne do capítulo cinco é a ampliação do ensino primário, dando a esse uma feição técnica e discutindo, especialmente, a necessidade da presença da União no financiamento desse nível de escolaridade, embora o autor

destaque a necessidade de esforços conjugados da União, estados, municípios, iniciativa privada, professores e pais para o desenvolvimento desse grau de instrução. O autor, contudo, deseja marcar a ausência e ao mesmo tempo a relevância da União nessa ação.

Desse modo, vinculando educação e desenvolvimento político, econômico e social, Pedro Borges, discute, especialmente, a necessidade de uma ação mais efetiva da União em matéria de instrução popular pelo auxílio financeiro a mesma já que Estados e municípios não poderiam arcar sozinhos com essas despesas. Ele indaga “Que tem feito, entretanto a União? muito pouco” (SOCIEDADE..., 1922, p. 161), responde. Continua sua escrita argumentando que:

A não serem as escolas de aprendizes artífices e de marinheiros, os patronatos agrícolas, as casas de ensino instituídas nas colônias alemães do sul, os congressos mais ou menos platônicos de instrução primária visando medidas de interesse educacional, não se apontam outros traços de sua ingerência nessa grande obra de esclarecimento e de civilização, de que depende a grandeza futura do Brasil e a consolidação do regime (SOCIEDADE..., 1922, p. 161)

Utiliza-se de referências educacionais nacionais e afina-se com as políticas desenvolvidas pelo governo estadual, que assumia o papel de articulador das municipalidades para o desenvolvimento de ações educativas.

O desejo dos textos era pensar uma ação para transformar o quadro que desenhavam para o ensino primário, situando a discussão no analfabetismo. A educação popular tomada como “[...] uma questão de vida ou morte” (SOCIEDADE, 1922, p. 160), como tal responsabilidade dos Estados, Municípios e da União.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrito no calor das intervenções em educação como parte da atuação desses atores como sujeitos do debate educacional do período, a obra analisada caracteriza uma ação que, para além de desejar apresentar ideias educacionais, procurava fazer parte do discussão pública sobre o tema e articular-se politicamente para efetivar em reformas educacionais e na prática escolar o projeto de escola e de Piauí que defendiam.

Portanto, o estudo dos textos produzidos por intelectuais sobre educação, bem como sua ação como docentes, diretores e proprietários de escolas, possibilita compreender uma dimensão importante das discussões educacionais, de sua presença na formação dos professores e nas reformas educacionais efetivadas. Possibilita, também, conhecer o que era lido e divulgado no debate educacional.

O magistério era uma possibilidade para a intelectualidade do período, especialmente quando e enquanto outras oportunidades não apareciam. Criar escolas, lecionar, difundir ideias educacionais são a marca de uma forma de ser e constituir-se como intelectual que os situa nos projetos de sociedade e educação que circulavam em sua época. Escrevendo, nas lidas políticas, como reformadores, fundando escolas e trabalhando como docentes, iam fazendo aparecer seu pensamento e sua ação em matéria de educação.

Suas concepções de educação se delineando nos autores a que recorriam para explicitar suas posições, nas reformas educacionais com as quais dialogavam para opor ou confirmar suas ideias e nas concepções acerca dos problemas locais e ideais de desenvolvimento a ser atingido.

O debate público como forma de explicitar e convencer sobre a relevância de suas propostas era uma maneira, também, de se fazer intelectual e preencher um espaço com as marcas de suas

posições. Publicar, discursar e organizar agremiações e ações delineavam um modo de se fazer presente no debate público em torno da educação.

Para os envolvidos na reforma de 1922 a escola tinha uma importante função social: “a escola, como serviço público que é, tem uma alta missão social a cumprir, pois sendo o homem um fator de produção é preciso preparar gerações fortes e arma-las de elementos poderosos para triunfar na luta pela vida” (SOCIEDADE..., 1922, p. 15).

O desejo de reforçar a dimensão de serviço público da escola e organizá-la no intuito de formar o homem necessário à economia modernizada faz esse debate reconhecer a importância de alterações na organização e funcionamento da rede escolar. Propósitos de expansão da educação primária e de modificação dos conteúdos e do corpo docente perpassam os discursos dos intelectuais acerca da educação, nele tendo como ponto de destaque a produção de ideias para a intervenção escolar, seja na formação de professores, seja na regulamentação da rede escolar ou divulgação de ideias pedagógicas na imprensa.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRITTO, Anísio. Ligeira notícia sobre o ensino público. *Diário Oficial do estado do Piauí*, Ano VI nº 280, Sábado, 12 de dezembro de 1936. p. 1-7.
- COSTA FILHO, Alcebiades. História da educação no Piauí: história e pesquisa. *Revista FSA*, Teresina, ano 9, nº 9 /2012 p. 173 - 185.
- CASTELLO BRANCO, Christino. Discurso. *A Imprensa*. Anno I, no 97. Teresina, 20 de maio de 1926.
- DIAS, Michelle Araújo. *“Está em jogo uma questão social”: intelectuais e a instrução no Piauí (1900 - 1930)*. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.
- Escola Normal. *O Piauí*. Anno XIX, no 1009. Teresina, 22 de maio de 1909.
- Escola Normal Livre. *O Monitor*. Anno II, no 45. Teresina, 5 de setembro de 1907.
- FERREIRA, J. Fonseca. Instrução Pública Piauíense. *O Piauí*. Anno XIX, no 994. Teresina, 8 de fevereiro de 1909. p. 2.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- SOCIEDADE Auxiliadora da Instrução. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauíense, 1922.
- OLIMPIO, Mathias. *O Piauí*. Anno XIX, no 990. Teresina, 9 de janeiro de 1909.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional brasileiro. In: LEITE, Juçara Luzia; ALVES, Cláudia (orgs.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória EDUFES, 2011. p. 25 - 54.
- XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 464 - 485.